

Aditamento ao Contrato de Mandato
Manutenção de Empreendimentos Sociais 2022-2024
Programa 1º Direito

Considerando que:

- 1) Por deliberação da Câmara Municipal de 30 de maio de 2022 e deliberação da Assembleia Municipal em reunião de 9 de junho de 2022, foi aprovado o Contrato de Mandato 2022-2024 - Manutenção de Empreendimentos Sociais -Programa 1º Direito, entre o **Município de Vila Nova de Gaia**, pessoa equiparada a pessoa coletiva nº 505 335 018, com sede na Rua Álvares Cabral, Vila Nova de Gaia, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, e **Gaiurb - Urbanismo e Habitação, EM**, pessoa coletiva n.º. 506 064 433, matriculada sob o mesmo número na competente Conservatória do Registo Comercial, com sede no largo de Aljubarrota, n.º 13, Vila Nova de Gaia, representada pelos Presidente do Conselho de Administração, Eng.º António Miguel de Castro Fernandes e Administrador Executivo, Dr. Paulo André Sanches de Oliveira Correia;
- 2) Nos termos da Cláusula Primeira do referido Contrato, o Município de Gaia encarregou a Gaiurb da execução das ações de manutenção e de reabilitação em edifícios públicos municipais, elencadas no Ponto A do Anexo I ao presente contrato e que e que dele faz parte integrante para todos os efeitos legais, e todas as intervenções com aquelas conexas, bem como da reabilitação de frações no âmbito do Acordo Operativo do 1º Direito – Programa de Acesso à Habitação, nos termos previstos no Ponto B do mesmo Anexo I;
- 3) As vicissitudes decorrentes da execução das intervenções no âmbito do mencionado Acordo Operativo do 1º Direito – Programa de Acesso à Habitação implicou a necessidade de rever as rubricas e valores correspondentes;



- 4) Concretamente, as intervenções de reabilitação em parte das habitações devolutas no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível e de renda apoiada, ficaram aquém do cumprimento dos indicadores de desempenho energético constantes do aviso N.º 01/C02-i01/2021;
- 5) A aprovação da Candidatura ao Programa "Bairros 2030", que contempla diversas intervenções previstas no Contrato de Mandato 2022-2024 - Manutenção de Empreendimentos Sociais -Programa 1.º Direito, permitirá subtrair do objeto do referido contrato determinadas intervenções, concretamente, equipamentos de desenvolvimento infantil, reabilitação energética do bloco 1 do empreendimento Mota Pinto e criação de novos espaços para os gabinetes de apoio social;
- 6) Consequentemente, impõe-se a reafecção das rubricas, passando a prever-se uma nova rubrica para assumir a reabilitação de habitações que não poderão ser candidatas ao Aviso de Publicitação - Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação N.º 01/CO2-i01/2021 - COMPONENTE 02 – Habitação - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, sendo as mesmas avaliadas no âmbito do Acordo Operativo celebrado, em maio de 2021, entre o IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e o Município de Vila Nova de Gaia;
- 7) Pese embora o programa 1.º Direito, aprovado pelo DL 37/2018, de 4 de junho, esteja a ser financiado ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a verdade é que o mesmo tem uma existência própria, tendo sido assumidos compromissos entre o IHRU e o Município, prevendo-se no referido Acordo Operativo, inclusivamente, o financiamento de soluções habitacionais que passam pela reabilitação de frações (cfr. artigo 27.º, alínea c) do citado D.L. 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação);
- 8) Nos termos do artigo 43.º, n.º 1 do referido diploma, decorre que «o montante máximo da comparticipação à reabilitação é de 50% das despesas elegíveis nos termos do artigo 14.º», sendo que os restantes 50% das despesas poderão ser financiados através de financiamento (a operar nos termos do mesmo diploma) e/ou através de capitais próprios;

9) O PRR não afasta a aplicabilidade do D.L. 37/2018, de 4 de junho, nem revoga ou altera os compromissos assumidos pelas Partes no âmbito do Acordo Operativo, pelo que a reabilitação das habitações mencionadas no Considerando 6, poderá ser financiadas nos exatos termos previstos pelo D.L. 37/2018;

10) A presente alteração ao Contrato de Mandato 2022-2024 - Manutenção de Empreendimentos Sociais -Programa 1º Direito, prevê uma redução do valor inicial de € 4 321 625,00 para € 3 679 947,74, ou seja, € 641 677,26. Assim, e por ano, o impacto será repartido da seguinte forma:

10.1) Para o ano de 2022, o valor da redução foi de €237 204,40 ;

10.2) Para o ano de 2023, o valor da redução é de €1 042 154, 76;

10.3) Para o ano de 2024 prevê-se um aumento de € 637 681, 90.

11) A previsão de execução do contrato corresponde àquela que consta da tabela em anexo.

É acordado e, reciprocamente aceite pelas partes, estabelecer o presente aditamento ao "Contrato de Mandato 2022-2024 - Manutenção de Empreendimentos Sociais - Programa 1º Direito " nos seguintes termos:

Cáusula 1ª

O anexo I ao Contrato de Mandato 2022-2024 - Manutenção de Empreendimentos Sociais -Programa 1º Direito é modificado nos termos constantes do anexo ao presente Aditamento que integrará aquele contrato e dele passará a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.

Cáusula 2ª

Em tudo o mais que não se encontra especialmente regulado pelo presente Aditamento, mantém-se em vigor o "Contrato de Mandato 2022-2024 - Manutenção de Empreendimentos Sociais -Programa 1º Direito" entre o Município de Vila Nova de Gaia e

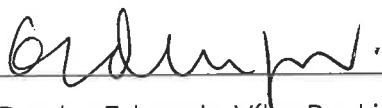
a Gaiurb- Urbanismo e Habitação, EM, aprovado pela Câmara Municipal, em Reunião de 30 de maio de 2022 e pela Assembleia Municipal em Reunião de 9 de junho de 2022.

Cláusula 3ª

O presente aditamento ao “Contrato de Mandato 2022-2024 - Manutenção de Empreendimentos Sociais -Programa 1º Direito” entra em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Vila Nova de Gaia, aos 23 de novembro de 2023 em duplicado de igual teor, depois de lido e assinado pelos outorgantes, ficando cada um na posse de um exemplar.

Pelo Município de Vila Nova de Gaia
O Presidente da Câmara



Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

Pela Gaiurb, EM
O Presidente do CA



Eng.º António Miguel de Castro Fernandes

O Administrador



Dr. Paulo André Sanches de Oliveira Correia

- Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 16 de outubro de 2023
- Aprovado em reunião da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia em 24 de outubro de 2023 (n.º 5 do artigo 47.º, ex vi n.º 2 artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)
- Compromisso n.º 2022/2433 / Red n.º 5413/2023.